

CARVALHO E MELO, Sebastião José de. **Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal**. Apresentação de Oliveira Martins. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d. 322p.

Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, título com o qual se notabilizou, deixou a sua marca em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil, na segunda metade do século XVIII e períodos subseqüentes. Secretário de Estado todo-poderoso do Rei D. José I, de 1750 a 1777, foi dos chamados “déspotas esclarecidos”. Expulsou os jesuítas de Portugal e dos seus domínios, em 1759, e criou as “aulas régias”, subsidiadas pelo Estado através do imposto literário, em lugar das escolas jesuíticas.

Sua intrepidez iluminista lhe custou duas significativas frentes contrárias: a nobreza, que teve sua influência junto ao trono diminuída, e o do clero, que o hostilizou constantemente, em especial, após a expulsão dos jesuítas. Seu nacionalismo se voltou contra a hegemonia britânica sobre Portugal, a qual vinha-se acentuando, gradativamente, desde a segunda metade do século XVII. Segundo Martins Afonso, “o pensamento dominante de Pombal foi libertar o país de vassalagem ao comércio britânico, e a sua ação estendeu-se aos vários campos da economia nacional”(A. Martins Afonso, **História da Civilização Portuguesa**. Porto: Porto Editora, s/d, p. 283).

Em relação à projeção futura da obra política do Marquês, diz Oliveira Marques: “O regime pombalino teve o grande mérito de (involuntariamente) preparar o País para a revolução liberal do século XVIII. Tanto a Igreja como a nobreza sofreram um golpe mortal de que nunca conseguiram se recompor”. E, mais adiante: “Ao nivelar todas as classes, leis e instituições ante o despotismo único do rei, Pombal preparou a revolução da igualdade social e o fim dos privilégios feudais”(A. H. de Oliveira Marques, **História de Portugal**. Lisboa: Palas, 1975, p. 570).

Exageros à parte, pois a igualdade social não existe em Portugal até hoje, enquanto a revolução à qual se refere Oliveira Marques (1820, no Porto e em Lisboa) foi, acima de tudo, pela continuidade do colonialismo, não há dúvida de que Pombal conseguiu neutralizar a influência do clero e da nobreza sobre o trono português.

Além disso, Pombal tentou equilibrar o comércio de exportação e importação, impondo um controle rígido com vistas a diminuir a hegemonia britânica no setor. Isso teve reflexos no Brasil, pois Pombal criou duas companhias regionais de comércio, a do Grão-Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba, 1755 e 1759 respectivamente, as quais tinham o monopólio de exportação e importação naquelas áreas, em favor dos interesses da burguesia portuguesa ligada ao comércio colonial e à continuidade do sistema colonialista.

Pombal foi um estadista de seu tempo. Mandou em lugar do Rei, defendeu os interesses do Estado português e, como adepto do Iluminismo, foi um déspota esclarecido, combatendo o clero e a nobreza no que tinham de influência junto ao poder real.

Por tudo isso, o livro em apreço é uma fonte de interesse considerável para os estudiosos da História, especialmente no tocante a Portugal e ao Brasil. Trata-se de um coletânea de atos oficiais, como cartas, avisos, instruções, alvarás, decretos, ofícios e discursos do Marquês de Pombal, cuja importância para o estudo de sua época é inestimável, além de servir como complemento de outros estudos já publicados, a exemplo de **Marquês de Pombal e o Brasil**, de Marcos Carneiro Mendonça.

Além dos atos oficiais, o livro enfocado traz a correspondência de Pombal com D. Maria I (p. 301-318), na qual ele suplica à Rainha que seja considerado como fiel servidor do Estado português. Entre as páginas 318 e 323, encontram-se duas cartas de Pombal ao seu filho Henrique, nas quais afirma a sua probidade como homem público, motivado, naturalmente, pela campanha que o clero e a nobreza moviam contra ele.

João Luiz Gonzaga Peçanha

Professor do Curso de História da UNISO